

AS MISERICÓRDIAS na Ásia. *Revista de Cultura*. 3ª série. 14 (2005).

O volume 14 da 3ª série da *Revista de Cultura*, editado pelo Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, foi dedicado ao estudo das Misericórdias na Ásia. Coordenado por Ivo Carneiro de Sousa, autor de uma apresentação do tomo, de dois dos artigos que o integram e de uma secção intitulada “Cinco Livros para reflectir sobre a História das Misericórdias” (na qual uma das propostas é de um livro de sua autoria e outra de uma colectânea de que também foi autor de um dos textos), congrega um total de sete estudos, a maioria dos quais elaborados por investigadores com ligações ao Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático, de que o mesmo Ivo Carneiro de Sousa é coordenador. José Madeira escreveu sobre “A Misericórdia de Goa e o sistema da dádiva” (p. 13-25); Ivo Carneiro de Sousa propôs uma investigação intitulada “A Misericórdia de Macau. Caridade, poder e mercado nupcial (p. 27-41); segue-se estudo de Leonor Diaz de Seabra, “Os compromissos da Misericórdia de Goa (1595) e de Macau (1627). Doutrina, estruturas e actividades sociais” (p. 43-58); Juan O. Mesquita produziu “The early years of the Misericordia of Manila (1595-1625)”; a Lúcio Rocha de Sousa e Rui Coimbra Gonçalves coube a composição de “A Misericórdia de Nagasáqui” (p. 83-100); José Eugenio Borao redigiu “Some notes about the Misericordia of Isla Hermosa” (p. 101-111); Ivo Carneiro de Sousa compôs “As Misericórdias na Ásia de Malaca às Molucas (séculos XVI e XVII)” (p. 113-130).

Trata-se de um volume com investigações em geral reveladoras de um bom domínio das fontes e das problemáticas que ajustadas incursões neste campo requerem, apesar de nem sempre demonstrarem um conhecimento actualizado da bibliografia (que evitaria afirmar, por exemplo, que no século XVII os cristãos-novos não foram expulsos de muitas misericórdias [p. 179], que a maioria das misericórdias se encontravam nos meios urbanos [p. 449], ou que em 1599 só havia 114 Misericórdias [p. 60], quando seriam já perto de 250), de que destaco três importantes contributos:

1 – ser portador de novidades sobre a fundação de Misericórdias na Ásia (por exemplo as referentes às Misericórdias das fortalezas de Ternate e Tidore, já de não comprovada demonstração a sugestão de uma Misericórdia em Cochim, em 1505, ou uma outra em Canonor ainda no reinado de D. Manuel I, e menos que tenham sido “centenas” por todo o império, como se escreveu na p. 9, sendo ainda difícil de aceitar propostas de datação díspares para a fundação da Misericórdia de Goa [p. 18 e 43] numa mesma colecção e sem que isso fosse discutido ou avaliado);

2 – enaltecer traços de originalidade na sua actuação (como se verificava com a selectividade que na Misericórdia de Goa se praticava, concedendo apoio apenas aos cristãos, o que só por si não legitima que houvesse uma lógica premeditada para através dos beneficiários da assistência e dos critérios de admissibilidade na Confraria impor um modelo colonizador baseado em formas “assimétricas e discriminatórias” na relação entre as elites colonizadoras e as populações autóctones [p. 14], tanto mais que idêntico modelo existiu nas similares instituições continentais);

3 – demonstrar especificidades locais desta original instituição portuguesa (veja-se o estudo comparativo do Compromisso da Misericórdia de Goa com o de Macau, ou a referência a tradições de tipo confraternal japonesas que ajudam a entender a boa aceitação da Misericórdia em Nagasáqui).

Fundadas a partir de um modelo matricial que foi a Misericórdia de Lisboa (1498), as Misericórdias tiveram na génese a inspiração da espiritualidade da rainha D. Leonor, viúva

de D. João II, contaram com o seu empenho pessoal no processo de criação, o que é inúmeras vezes lembrado e sublinhado ao longo de todo o volume, o que se compreende em função das posições interpretativas que têm marcado as propostas de Ivo Carneiro de Sousa neste domínio. Mas se o envolvimento da rainha é indesmentível na etapa de lançamento da instituição, ela foi também suportada e estimulada por tradições de práticas caritativas confraternais e de uma ideologia da caridade que não foi inventada por ela, nem no seu tempo e, sobretudo, atingiram a dimensão, capacidade de atracção local na vasta heterogeneidade dos territórios de Portugal e do seu império ultramarino graças, sobretudo, ao apoio e estímulo que, sob diversas formas, obtiveram da coroa. Estas dimensões foram pouco recordadas na quase totalidade dos estudos desta colecção (talvez com excepção da incursão de Juan Mesquida), principalmente o decisivo suporte régio, o qual só pode ser cabalmente percepcionado quando se insere toda a estratégia da criação das Misericórdias numa política mais ampla, global e coerente de reforço do poder central na conjuntura da edificação do Estado – e de um Estado imperial –, facetas bastantes vezes assinaladas por muita historiografia, igualmente competente e rigorosa. E essa linha parece fundamental para perceber melhor o papel que as Misericórdias tiveram no império português Oriental. Aliás, os próprios estudos do volume confirmam que, em quase todos os casos estudados nesta obra, a rememoração local da acção leonorina foi praticamente inexistente, ao contrário dos estímulos da coroa, de oficiais seus e até, como bem mostrou Ivo Carneiro de Sousa, do suporte dos jesuítas que constituíram alavanca de muitas no processo da sua fundação.

A mesma protecção régia, reforçada a partir de 1580, e a especificidade de as misericórdias portuguesas terem como base o Compromisso da sua congéregue lisboeta, levanta algumas dúvidas a propósito da pertinência da inclusão no volume de estudos sobre uma Misericórdia em Manila e outra na Isla Hermosa, instituições que tendo idêntica denominação das Misericórdias portuguesas e, no caso da primeira tendo alguma inspiração no modelo lisboeta, dificilmente se pode aceitar que fossem do mesmo género. De igual modo, sem as mesmas implicações, se pode questionar a inclusão de ilustrações relativas a peças ou livros das Misericórdias de Montemor-o-Velho, Funchal, Estremoz ou Coimbra, para compor um volume em geral muito bem cuidado do ponto de vista gráfico, mas que tem por objecto as Misericórdias da Ásia.

As Misericórdias foram instituições que se estruturaram como uma marca ideológica-religiosa e simbólica da presença portuguesa no seu império, desenvolveram inestimável acção caritativa em várias áreas, assumiram-se como instâncias de consolidação de redes locais de poder e de articulação destas com o centro político, funcionaram como elementos importantes na representação da ordem social tanto em Portugal como nas “conquistas” (mas não de criadores dessa ordem social como se sugere na p. 44). O conjunto de estudos aqui reunidos é mais um útil contributo para melhor o entender. Mesmo que essa possa não ter sido, eventualmente, a intenção de quem o congeminou.

José Pedro Paiva